

IFFLY, Catherine. *Transformar a metrópole: Igreja Católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo, 1970-2000*; tradução de Maria Clara Cescato, Henri Decoster, Sebastião Nascimento, com a colaboração de Catherine Iffly – São Paulo: Editora UNESP, 2010. 361 p.

Adriana Santiago Rosa DANTAS*

Em um complexo quebra-cabeça, Catherine Iffly tomou como peças-chave a Igreja Católica, o conceito de territorialização e as mobilizações sociais para montar um denso quadro dos anos de 1980-2000 de atuação da Igreja Católica na metrópole de São Paulo, sob a tutela do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Naquele período a Igreja se propôs a um novo papel sociopolítico de atuação, tendo a periferia como foco de ação e intervenção, na metrópole paulistana que crescia em população e simultaneamente nas desigualdades sociais. Tendo como filiação teórica a ciência política, a autora desenvolve a tese de que esta nova atuação da Igreja está relacionada ao conceito de território, como uso social do espaço e poder. Para tanto, a autora busca fundamentar sua tese resgatando a história da Igreja europeia nos anos de 1970, que influenciou a formulação do projeto do arcebispo Dom Evaristo Arns, que atuou no período em questão.

O grande trunfo deste livro foi reunir o maior número de evidências para analisar sociologicamente um intrincado processo histórico brasileiro, apresentando um profícuo trabalho de sistematização a partir de um extenso volume documental, aliado a entrevistas e a uma incursão etnográfica, apresentando aos leitores uma obra de referência sobre o tema. Há uma preocupação da autora em dar caminhos e recursos para pesquisadores que desejam se aprofundar mais sobre o assunto, demonstrada pela estruturação do livro. Além da introdução, que apresenta parte dos caminhos metodológicos percorridos, há no final uma extensa bibliografia temática, que aborda os seguintes assuntos: metodologia; territorialidade da Igreja; espaço urbano e território; estudos de diocese; relações Igreja-Estado; teologia; política brasileira; mobilizações sociais e ONGs; pentecostalismos, movimentos de espiritualidade; dentre outros. Nos anexos, há tabelas, gráficos, documentos e mais notas metodológicas sobre a temática discorrida na obra.

O livro faz um resgate histórico de como a Igreja Católica foi mudando sua atuação na cidade de São Paulo no final do século XX, passando pela estrutura europeia e os desdobramentos desta influência no Brasil. Parte da pesquisa envolveu um estudo de caso no bairro de São Miguel Paulista, na Zona Leste da capital. Na tese do livro, a Igreja mudou seu papel por várias razões, não apenas pela intervenção de Roma, mas especialmente pelas questões de base que o contexto histórico do Brasil proporcionou.

No capítulo I, intitulado “Territorialização Religiosa na Arquidiocese de São Paulo”, inicia-se a contextualização histórica e sociológica de como foi delineado o projeto de territorialização. No governo militar ditatorial, a Ação Católica viabilizou um *locus* de atuação política para movimentos sociais e contra a ditadura. Essas mobilizações trouxeram divisões entre os católicos, abrindo espaço para a atuação de um novo arcebispo: Paulo Evaristo Arns, contrário aos exageros do autoritarismo.

Para explicar a atuação política de Dom Arns, Iffly faz um grande levantamento do que estava acontecendo nas lideranças católicas europeias da década de 1970, enfatizando o exemplo de Paris, que mais influenciou o recém-nomeado arcebispo. Dom Arns lança um projeto ambicioso de reorganização da arquidiocese de São Paulo, a partir do exemplo da arquidiocese de Paris, que consiste na reordenação do território, na reforma das pastorais e na redistribuição do poder no interior da Igreja. A ação da Igreja na cidade, especialmente nas periferias, é um dos motes da mudança de Paris que foi incorporado nos ideais do novo arcebispo.

Neste capítulo, a autora faz o levantamento documental do processo, subdividindo em vários tópicos. O primeiro, "A implantação de uma nova estrutura de governo", trata mais diretamente do projeto de Arns, detalha o caso de Paris e os conflitos que esse projeto trouxe em relação à hierarquia romana. No segundo, "Planejamento do espaço e territorialização religiosa", é demonstrado o modelo organicista proposto por Dom Arns, que deslocava a periferia para o centro das atenções da Igreja com o intuito de minimizar a marginalização socioeconômica e religiosa da região. Por fim, em "Os obstáculos à mudança: uma Igreja sob pressões externas" a autora ressalta os conflitos que tal projeto trouxe e como a hierarquia católica elaborou a retomada do controle.

O capítulo II, denominado "Espaço Religioso e Formação de um Espaço Sociopolítico", começa a delinear os desdobramentos na cidade da proposta de Dom Evaristo Arns e sua aproximação dos ideais dos direitos sociais. Na subseção "Dos direitos humanos aos movimentos sociais", descreve esta aproximação a partir dos relatos dos familiares de presos políticos da instauração de comissões pelo direito à liberdade. A sociedade civil tem no seio da igreja um espaço para se organizar contra o regime ditatorial, ao mesmo tempo em que se agravam os conflitos com o governo.

A outra subseção do capítulo II trata dos "Espaços de mobilização e territorialidade da Igreja". Desloca-se para a periferia o local das mobilizações sociais e políticas, delineando-se assim um novo espaço urbano. Descreve-se o papel das pastorais operárias, as quais viabilizaram um novo espaço para aqueles que não o tiveram dentro dos sindicatos, fábricas e bairros e encontraram na Igreja um novo lugar para desenvolver uma atuação sociopolítica, delineando a gênese das mobilizações das greves do final dos anos de 1970.

De maior fôlego, o capítulo III, denominado "Recomposições Religiosas e Políticas: o Caso de São Miguel Paulista (da Região dos Anos 1980 à Docese)" foca de forma micro a tese macro de Iffly. Trata-se da incursão etnográfica que a autora fez na região periférica da Zona Leste da cidade de São Paulo, na região de São Miguel Paulista.

Na primeira subdivisão, "Territorialidade da Igreja e produção de um espaço sociopolítico", trata mais detalhadamente do contexto histórico da região. São Miguel Paulista teve aldeamentos indígenas com influências de jesuítas e foi alvo, a partir dos anos de 1930, de apropriações de terras por parte de indústrias e grileiros, expandindo a periferia especialmente na segunda metade do século XX de forma desordenada. Essa explosão demográfica trouxe para a região muitos problemas de infraestrutura no que diz respeito a moradia, saneamento básico, educação, dentre outros. O bispo Dom Angélico, nomeado por Dom Evaristo Arns, torna-se o responsável por São

Miguel, tendo um papel importante na região, tornando-se um representante do povo nas lutas populares. A autora descreve o caminho dessa nova constituição eclesial, passando pela formação de comissões e conselhos, chegando aos movimentos sociais que caracterizaram a Zona Leste de São Paulo no período. Também há o desenho do percurso de como a territorialidade da Igreja que abraçou as mobilizações sociais pôde influenciar a política institucionalizada após a abertura democrática nos anos de 1980 e da relação da Igreja com os comunistas.

Ainda no capítulo III, no tópico "Rupturas e continuidades na ação da Igreja", são vistas mais de perto as mobilizações pela moradia e como a Igreja teve um forte papel no processo. A Zona Leste expandiu-se com a vinda da massa operária para habitar na região, ocasionando vários problemas habitacionais, como os loteamentos ilegais. Essa conjuntura sob a influência das pastorais forjou a formação do movimento pela terra na região de São Miguel. No final dos anos de 1980, a Zona Leste começou a ser destaque pelas ocupações de terra para moradia, especialmente na mídia.

Para Iffly, as mobilizações pela terra tiveram ações inovadoras, se comparadas à época populista em que o abaixo-assinado era uma das ferramentas para se conseguirem melhorias locais. As ocupações davam-se como uma ação estratégica de caráter político contra o poder público, e não apenas para moradia, diferenciando-se assim das invasões que formavam as favelas. A Igreja Católica acolheu a gênese do movimento dos sem-terra, de forma que a estrutura do movimento estava intimamente ligada à estrutura da Igreja. Enquanto a mídia denominava "invasões", a Igreja de São Miguel intitulava "ocupações", como referência direta ao êxodo bíblico em que o povo de Israel marchava para ocupar a terra prometida, evidenciando o caráter político-estratégico da ação. O mote que movia as mobilizações era a concepção do direito à terra, em detrimento da concepção de especulação e negociação.

Naquele período histórico, a região de Ermelino Matarazzo, vizinha de São Miguel Paulista, tornou-se destaque quando o padre Ticão assumiu a liderança da Pastoral da Terra. Para Iffly, o movimento não alcançou sua autonomia, pois estava estreitamente ligado à pastoral. A inovação desse movimento deu-se pela organização da sociedade civil com o objetivo de buscar soluções sociais e estruturais para o problema da habitação, não só em São Paulo, mas para o Brasil. Naquele contexto histórico, forma-se a União dos Movimentos de Moradia (UMM), que reuniu diferentes movimentos em São Paulo para organizar as mobilizações em 1987, incluindo caravanas para Brasília. A UMM também mobilizou movimentos de outros estados em prol de um projeto de lei para a criação de um fundo para moradia. Os movimentos reuniram um milhão de assinaturas, mas conforme a UMM, 90% das assinaturas foram provenientes dos movimentos da capital. Aquela mobilização culminou na apresentação de um projeto de lei no Congresso Nacional em 1991, sendo votado pelo Senado em 2005. Segundo a autora, todo esse movimento era primeiramente visto pela mídia e pelo governo de forma negativa. Mas a organização social permitiu que ocorressem mudanças em políticas públicas sobre moradia, a ponto de hoje se efetivar o fundo através do programa "Minha casa, minha vida".

Um dos problemas apontados dessas mobilizações era a segmentação social de diferentes grupos, além da falta de autonomia do movimento dos sem-terra, que estava calcado na Igreja. Outra dificuldade aconteceu a partir da institucionalização e organização dos movimentos, que passaram a ser alvo dos interesses dos partidos políticos. Quando o poder público começou a tirar proveito desse fenômeno, as relações de confronto se esvaziaram e iniciou-se a relação de clientelismo.

Na última subdivisão do capítulo III, denominada "A Igreja de São Miguel: entre o local e o global", aborda a ruptura que aconteceu na diocese com a saída de Dom Angélico, que já não agradava à hierarquia católica com todo esse estreitamento sociopolítico da Igreja. A sua saída é interpretada no livro como retomada do poder da hierarquia católica a partir do controle territorial, quando é nomeado um novo bispo naquela região. É descrito como uma nova religiosidade é refeita naquele território com a chegada do novo bispo, Dom Fernando Legal. No entanto, há um fracasso no controle territorial a partir do embate entre os movimentos de evangelização, tidos como não politizados, contra os movimentos sociais, tidos como políticos e, portanto, não bem-vistos para esta nova ordem eclesial. A nomeação de Dom Fernando representou a retomada de controle pela Igreja romana, no entanto, sua atuação não desarticulou os movimentos que já estavam organizados na região, demonstrando que tal atuação ultrapassou o controle eclesial.

O último capítulo, intitulado "A Ação da Igreja em São Paulo nos Anos de 1990", relaciona o desenvolvimento da metrópole, que afetou o espaço urbano e a ação da Igreja. Na primeira parte, chamada "A cidade em mudança", trata do contexto socioeconômico da cidade de São Paulo, levantando a questão da pobreza e problemas de infraestrutura.

Na segunda subdivisão do último capítulo, "A mudança no papel da Igreja na arquidiocese", a autora aborda a mudança da relação Igreja-Estado em vistas das conjunturas apresentadas ao longo do livro. Nos anos 1990, o tempo de grandes mobilizações foi esvaziado, o foco foi então mudado para o trabalho assistencial. As práticas religiosas também se transformaram com a expansão da Renovação Carismática, que na década de 1970 não era bem acolhida, mas que nos anos de 1990 tornou-se uma alternativa contra o aumento dos evangélicos. A seção termina com um epílogo sobre o novo arcebispo, Dom Claudio, como resposta à pergunta da autora: "Novo arcebispo, nova igreja?", refletindo sobre a saída de Dom Evaristo Arns.

Por fim, a autora conclui afirmando a sintonia entre a Igreja Católica e os movimentos sociais na cidade de São Paulo na década de 1980 e sua atuação decisiva num contexto de aumento de densidade populacional associado ao aumento da pobreza e das desigualdades sociais. A abordagem territorial desenvolvida por Dom Evaristo Arns realizou uma inversão no sistema hierárquico católico, trazendo a base para o centro, desempenhando um papel social e político singular em São Paulo. Na década seguinte o papel da igreja é transformado especialmente em relação às mobilizações, ocasionadas em parte pela mudança de relação com o poder político e pelas novas dinâmicas religiosas no seio da igreja.

* Mestranda do Programa Acadêmico em Estudos Culturais na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) sob orientação da Profa. Dra. Graziela Serroni Perosa. Bolsista Capes.